

## MANIFESTO EM DEFESA DO MERCADO LEGAL

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro entende que o contrabando e a falsificação de produtos que assolam o país reduzem a capacidade de concorrência das empresas brasileiras, estimulam o crime organizado e prejudicam a saúde da população.

A continuidade dos crimes oriundos destas atividades ilícitas subtrai dos brasileiros e dos agentes públicos a capacidade de desenvolvimento econômico e social.

Diante de uma demanda que se mostra premente, apresentamos aos membros do executivo e do legislativo federal um conjunto de medidas que devem ser implementadas de forma definitiva em 2016, sob pena de atentar contra os interesses públicos e a soberania nacional:

- Alocação de recursos financeiros para a execução contínua de medidas de repressão e inteligência nas fronteiras, por meio dos programas já existentes conduzidos pelos órgãos federais;
- Elaboração de um plano efetivo para as fronteiras brasileiras, com implementação imediata, baseado no plano definido em decreto presidencial existente e consubstanciado nos pareceres de melhoria e de governança do TCU e do Ministério Público Federal;
- Realização de uma análise tributária profunda, que estabeleça um modelo de competição que privilegie, para os setores mais afetados, os produtos legais em detrimento dos ilegais;
- Aumento do poder de fiscalização dos agentes públicos diretamente ligados ao combate aos crimes do contrabando e da falsificação, com incremento de efetivo e condições de infraestrutura, contingente de pessoal e recursos financeiros próprios;
- Criação de um acordo de cooperação mútua entre Brasil e Paraguai para o desenvolvimento de agendas tributária, regulatória, fitossanitária, econômica e social, que permitam o estabelecimento de condições competitivas entre os países, sem, entretanto, deixar de lado as importantes questões econômicas e sociais das cidades afetadas pelos produtos ilegais;

Entendemos que o governo deve determinar um grupo ou entidade governamental que possa liderar este processo, com início imediato, tendo o Congresso Nacional como entidade fiscalizadora de suas ações em conjunto com o poder executivo. Não podemos mais aceitar que a missão do Estado continue a ser contingenciada e negligenciada. É preciso que a sociedade como um todo se mobilize para cobrar das autoridades a defesa dos interesses nacionais.

**Evandro Guimarães e Edson Vismona**  
**MOVIMENTO EM DEFESA DO MERCADO LEGAL BRASILEIRO**